



Às nove horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, nos termos da Portaria nº 1254/2016; ausências justificadas dos Conselheiros, **CEZAR COLARES, ALOÍSIO CHAVES e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS** para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões nº's 051/2016 e 059/2016.

LEITURA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA: o Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, proferiu a seguinte leitura em Plenário: "*PROCESSO Nº 201609546-00. A Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará, Dra. Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira, comunicou a esta Corte através do Ofício nº 491/2016-CJSLP, de 14.07.16, que foi condenado em Ação de Improbidade Administrativa o Sr. LOURIVAL FERNANDES DE LIMA, gestor daquele município, no exercício financeiro de 2010. PROCESSO Nº 201609551-00. A Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará, Dra. Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira, comunicou a esta Corte através do Ofício nº 503/2016-CJSLP, de 14.07.16, que foi condenado em Ação de Improbidade Administrativa o Sr. LOURIVAL FERNANDES DE LIMA, gestor daquele município, no exercício financeiro de 2010. PROCESSO Nº 201609550-00. A Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará, Dra. Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira, comunicou a esta Corte através do Ofício nº 499/2016-CJSLP, de 14.07.16, que foi condenado em Ação de Improbidade Administrativa o Sr. LOURIVAL FERNANDES DE LIMA, gestor daquele município, no exercício financeiro de 2009. PROCESSO Nº 201609549-00. A Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará, Dra. Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira, comunicou a esta Corte através do Ofício nº 495/2016-CJSLP, de 14.07.16, que foi condenado em Ação de Improbidade Administrativa o Sr. LOURIVAL FERNANDES DE LIMA, gestor daquele município, no exercício financeiro de 2006*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 760012013-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2013 (Contas de Governo)**; Responsável: João Cleber de Souza Torres; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva (Resolução nº 12.772). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 760012013-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2013 (Contas de Gestão)**; Responsável: João Cleber de Souza Torres; Instrução: 3ª Controladoria;



Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multas (Acórdão nº 29.680). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 360022008-00; Câmara Municipal de Itaituba; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão)**; Responsável: João Bastos Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.681). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1340022010-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão)**; Responsável: Omilton Ricardo de Oliveira; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (Portaria nº 1254/2016); **Publicado no DOE nº 33.254, de 18.11.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 140162008-00; IPAMB de Belém; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão)**; Responsável: Carlos Antônio de Aragão Vinagre, Oséas Batista da Silva Júnior e Luiz Octávio Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.254, de 18.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.682). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 193992013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru; Prestação de Contas – 2013 (Contas de Gestão)**; Responsável: Rosiane Meneses dos Reis; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Contador: Maria do Socorro Pinto Alves Batista; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.683). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 714652007-00; Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral de Santarém; Prestação de Contas – 2007 (Contas de Gestão)**; Responsável: Everaldo de Souza Martins Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério



82 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
83 **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
84 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela
85 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
86 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
87 parecer prévio pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao
88 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.684). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo**
89 **nº 141812012-00; Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE de Belém;**
90 **Prestação de Contas – 2012 (Contas de Gestão);** Responsável: Vitor Hugo Moreira da Cunha
91 Júnior (01/01 a 30/03) e Cláudio Sérgio da Silva Nunes (02/04 a 31/12); Instrução: 1ª
92 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheiro
93 Sérgio Leão; Contador: Carmem Lúcia da Silva Castro (CRC/PA 012.350-0); **Publicado no DOE nº**
94 **33.254, de 21.11.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 140222004-00; Agência Distrital de**
95 **Mosqueiro de Belém; Prestação de Contas - 2004;** Responsáveis: Getúlio Waldisney Barbosa
96 Trindade; Instrução: Auditor Alcimar Lobato / 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
97 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Contadora: Maria do Socorro Pinto Alves
98 Batista; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
99 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
100 contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
101 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
102 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
103 contas, com ressalva (Acórdão nº 29.685). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**
104 **nº 201608927-00; Fundo Municipal de Saúde de Marabá; Denúncia – 2015 - Denúncia**
105 **em desfavor do Fundo Municipal de Saúde de Tucuruí;** Denunciante: Zucatelli
106 Empreendimentos Ltda; Denunciado: Charles Cezar Tocantins de Souza; Instrução: 1ª Controladoria;
107 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;
108 **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira
109 Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos
110 termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM: *"pela inadmissibilidade da Denúncia, nos termos do § 3º, do Art.*
111 *292, do RITCM-PA, pelo que apresento os autos à deliberação Plenária, trazendo, ainda, as seguintes*
112 *deliberações: a) Encaminhamento de Ofício ao Prefeito Municipal, com vistas ao conhecimento do presente*
113 *processo e adoção de medidas que entender cabíveis, junto às Secretarias Municipais de Saúde/FMS; b)*
114 *Juntada dos presentes autos à prestação de contas, do exercício de 2015, do Fundo Municipal de Saúde, para*
115 *conhecimento e direcionamento a quando da análise das contas e demais providências de alçada, inclusive,*
116 *quanto à fixação de multa, em desfavor do ordenador responsável, pela omissão acima consignada, nos*
117 *termos do art. 282, inciso II, alínea "b", do RITCM-PA. c) A comunicação à denunciante, quanto à decisão*
118 *prolatada nos presentes autos, através da Secretaria Geral".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda
119 divergiu da Relatora quanto a inadmissibilidade **da Denúncia, manifestando-se pela anexação da**
120 **mesma à prestação de contas respectiva, com aplicação de multa.** O Conselheiro Antonio José
121 **Guimarães acompanhou a Conselheira Relatora, seguido pelo Conselheiro Sérgio Leão e pelo**



Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela inadmissibilidade da Denúncia, com aplicação de multa, e anexação da mesma à prestação de contas respectiva (Resolução nº 12.773). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda quanto a inadmissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201608474-00; Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco; Denúncia e Representação - 2016**; Denunciante: Romilson da Silva Alencar; Denunciado: Fredson Pereira da Silva (ex Gestor e Ordenador); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201611303-00; Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco; Denúncia - 2016**; Denunciante: José Mauricio de Andrade C. Júnior; Denunciado: Fredson Pereira da Silva (ex Gestor e Ordenador); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201607158-00 (1210052010-00); Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 29.029/2016; Responsável: Fredson Pereira da Silva (ex Gestor e Ordenador); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 201506028-00 (570022008-00); Câmara Municipal de Ponta de Pedras; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 26.301, de 13.03.2015; Responsável: Regina Maria Ferreira da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogada: Heloísa Tabosa Barros (OAB-PA nº 18.762); **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso (Acórdão nº 29.686). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201405240-00 (824082010-00); Fundo Municipal de Educação – FUNDEB de Soure; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão 24.426, de 26.11.13; Responsável: Rosileia Felipe Brito; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado: Hugo Cesar de Miranda Cintra (OAB/PA nº 10.265); **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da irregularidade sanada, e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da irregularidade sanada, e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos. (Acórdão nº 29.687). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201515050-00 (620022009-00); Câmara Municipal de Redenção do Pará; Recurso Ordinário** contra a decisão contida Acórdão



27.340, de 11.08.2015; Responsável: Alexandre Junior Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da irregularidade sanada, e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão da irregularidade sanada, e a manutenção da decisão recorrida em seus demais termos (Acórdão nº 29.688). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201414147-00; Instituto de Previdência do Município de Altamira; Aposentadoria** (Resolução nº 016/2014); Interessada: Maria de Fátima Ferreira Jerônimo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.689). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201507058-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria** (Portaria nº 032/2015); Interessada: Jucilene Gomes Magno; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.690). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201512215-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria** (Portaria nº 086/2015); Interessada: Maria Zilma da Silva Lima; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.691). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201312952-00; Instituto de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista; Pensão – 2013** (Portaria nº. 031/2013); Interessado: Alexandre Barbosa Moraes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.692). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201307300-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Paragominas; Aposentadoria – 2012** (Portaria nº 29/2012); Interessada: Raimunda Soares de Lima e Silva; Ministério Público:



Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Portaria nº 1254/2016); **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.693). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201307312-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Paragominas; Aposentadoria – 2012** (Portaria nº 035/2012); Interessada: Maria Madalena Pacheco da Fonseca; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Portaria nº 1254/2016); **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa registro do Ato (Acórdão nº 29.694). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201610954-00; Câmara Municipal de Capanema; Subsídio – 2016** (Lei Municipal nº 6.371/2016, de 16.09.2016); Interessado: Rubens Oliveira Ancelmo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.254, de 21.11.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Acórdão nº 29.695). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201611929-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA; Denúncia - 2016**; Denunciante: Santacotex Indústria Têxtil LTDA; Denunciado: Secretaria Municipal de Saúde de Belém; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José Guimarães submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade da Denúncia, nos termos do Art. 297 c/c Art. 292, § 3º do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade da Denúncia (Resolução nº 12.775). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201611930-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA; Denúncia - 2016**; Denunciante: Cotexbrasil Com. de Tecidos e Malhas LTDA; Denunciado: Secretaria Municipal de Saúde de Belém; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José Guimarães submeteu ao Plenário sua proposição de inadmissibilidade da Denúncia, nos termos do Art. 297 c/c Art. 292, § 3º do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade da Denúncia (Resolução nº 12.776). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: o Conselheiro Sérgio Leão apresentou ao Plenário a minuta de Resolução que dispõe sobre a criação da Rádio Web do TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da minuta apresentada. Em seguida, anunciou a inauguração na próxima terça-feira da Galeria dos Conselheiros, um memorial com as fotos dos



241 atuais Conselheiros e dos Conselheiros aposentados, que ficará no hall de entrada da sede do
242 Tribunal, em Belém. A Galeria dos Conselheiros apresentará fotos dos atuais conselheiros Cezar
243 Colares, Sérgio Leão, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Aloísio Chaves, Antônio José Guimarães e José
244 Carlos Araújo. Fazem parte também da Galeria os Conselheiros aposentados Egydio Salles, Loriwal
245 Rei de Magalhães, Lecyr Riodades, Irawaldyr Rocha, Haroldo Julião da Gama, Laudelino Pinto
246 Soares, Vicente Queiroz, Laércio Dias Franco, Paulo Dourado, Ronaldo Passarinho, Rosa Hage e
247 Alcides Alcântara. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
248 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às treze horas e dez
249 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
250 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e quatro de
251 novembro de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Vice-Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão